

POBREZA E DEPENDÊNCIA DOS MUNICÍPIOS MARANHENSES DAS TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS

A presente edição do Boletim trata de uma característica marcante em municípios maranhenses, a dependência de Transferências Federais, sejam diretas de renda, previdenciárias ou fiscais.

O Maranhão possui 217 municípios, em sua maioria, de pequeno porte e de emancipação recente. A **Tabela 1** mostra que 58,5% desses municípios são classificados como de Pequeno Porte 1 e 31,3% como de Pequeno Porte 2, resultando em 195 municípios com

Tabela 1 - Distribuição dos municípios maranhenses, segundo porte

Porte	Faixa populacional	Nº de Municípios	Participação no Total (%)
Pequeno Porte 1	até 20.000	127	58,5
Pequeno Porte 2	20.001 até 50.000	68	31,3
Porte Médio	de 50.001 até 100.000	13	6,0
Grande Porte	de 100.001 até 900.000	8	3,7
Metrópole	maior que 900.000	1	0,5
Total	----	217	100,0

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro, 2011.

Tabela 2 - Distribuição dos municípios maranhenses, segundo data de fundação

Data de Fundação	Nº de Municípios	Participação no Total (%)
1995	2	0,9
1994	79	36,4
1980 - 1989	7	3,2
1960 - 1969	29	13,4
1950 - 1959	24	11,1
1940 - 1949	6	2,8
1930 - 1939	4	1,8
1920 - 1929	6	2,8
1910 - 1919	9	4,1
1900 - 1909	3	1,4
1800 - 1899	42	19,4
1700 - 1799	4	1,8
1600 - 1699	1	0,5
954	1	0,5
Total	217	100,0

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do: INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS **Produto Interno Bruto dos municípios do Maranhão Período:** 2010 a 2013. São Luís, 2015. v. 9. Disponível em: <<http://imesc.ma.gov.br/src/upload/publicacoes/a9888dabae7bb64b6c5613bef8354cff.pdf>>. Acesso em: 1 jul. 2016.

uma população inferior a 50.000 habitantes.

Do total de municípios do Maranhão, 127 possuem menos de 50 anos de fundação (58,5% do total), sendo que 81 desses foram emancipados nos anos de 1994 e 1995. São municípios essencialmente rurais, ainda com significativa dependência daqueles que lhe deram origem. E, no geral, com difícil acesso e com carências de

equipamentos urbanos, como Hospitais, Agências Bancárias, Creches, dentre outros (Tabela 2).

No que se refere ao quadro fiscal, os municípios maranhenses são caracterizados por uma baixa capacidade de geração de receitas próprias e, conseqüentemente, uma significativa dependência fiscal. As Transferências Correntes representaram, em média, 91,4% (R\$ 8,8 bilhões) do Total das Receitas Municipais em 2015, chegando a 99,2% no município de Grajaú, sendo que em alguns

municípios as principais fontes são o Fundo de Participação dos Municípios - FPM e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) que correspondem, em média, a 32,9% e a 42,6%, respectivamente, da Receita Total dos municípios maranhenses (Tabela 3).

O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é constituído por Impostos Federais (22,5% da arrecadação líquida do Imposto de Renda (IR) e do

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)) e o Fundeb pela arrecadação de impostos Estaduais¹ e, a título de complementação, por uma parcela de recursos federais, sempre que, em um Estado, o valor por educando não consegue o mínimo determinado nacionalmente. Tal dinâmica indica certa vulnerabilidade dessas transferências, enquanto mecanismo de sustentação econômica dos municípios.

No que se refere às Transferências Sociais, os dados da

Tabela 3 - Principais Transferências para os municípios maranhenses - 2015

Principais transferências	Valor (Bilhão)	Média dos municípios (%)
Sociais		Em relação ao PIB
Bolsa Família	2,2	8,1
BPC	1,8	3,2
Aposentadoria	10,2	22,1
Urbana	4,0	4,8
Rural	6,2	17,3
Fiscais		Em relação à Receita Total
Transferências Correntes	8,8	91,4
FPM	2,6	32,9
Fundeb	3,4	42,3

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Matriz de Informação Socias.** Brasília, DF, [20--?]a. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/misocial/tabelas/mi_social.php>. Acesso em: 1 jul. 2016; BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social. **Dados da previdência e INSS.** Brasília, DF, [20--?]b. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br/dados-abertos/dados-da-previdencia/previdencia-social-e-inss/previdencia-estatistica-por-municipio>>. Acesso em: 1 jul. 2016; BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro. **Finbra 2015.** Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>>. Acesso em: 1 jul. 2016.

Tabela 3 mostram que as Transferências do Bolsa Família representaram, em média, 8,1% (montante de R\$ 2,2 bilhões) do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios maranhenses, chegando a alcançar o percentual de 18,1% no município de Serrano do Maranhão. Já o Benefício de Prestação Continuada (BPC), no ano de 2015, representou 3,2% do PIB dos municípios, com destaque para Maracaçumé, com 11,8%.

A Aposentadoria possui o volume de recursos mais significativo (R\$ 10,2 bilhões, em 2015), e chegou a representar, em média, 22,1% do PIB dos municípios, sendo a aposentadoria urbana 4,8% e a aposentadoria rural 17,3%, alcançando o máximo de 63,4% em Igarapé Grande. A **Tabela 4** apresenta os 69 municípios maranhenses que possuem um volume de recursos da aposentadoria que representam mais de 30% do PIB.

Tabela 4 - Valor da aposentadoria Rural e Urbana em 2015, valor do PIB em 2013 e participação do volume da Aposentadoria em relação ao PIB, municípios maranhenses selecionados

Municípios		Valor dos Benefícios Emitidos no Ano			Participação em Relação ao PIB (%)		
		Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
1	Igarapé Grande	36.804.551,30	5.545.278,70	31.259.272,60	63,4	9,5	53,8
2	Cantanhede	48.892.145,60	9.191.555,80	39.700.589,80	58,0	10,9	47,1
3	Maracaçumé	54.978.863,10	14.313.097,50	40.665.765,60	52,8	13,8	39,1
4	Bequimão	39.583.268,10	6.492.886,30	33.090.381,80	51,7	8,5	43,2
5	Coroatá	148.489.637,40	43.182.533,00	105.307.104,40	50,9	14,8	36,1
6	São João Batista	45.029.598,50	6.643.818,00	38.385.780,50	50,5	7,4	43,0
7	Esperantinópolis	51.278.421,30	6.748.860,50	44.529.560,90	49,8	6,6	43,3
8	Lago da Pedra	125.840.659,60	21.280.822,60	104.559.836,90	49,4	8,4	41,1
9	Buriti Bravo	48.055.055,00	4.241.116,70	43.813.938,30	48,9	4,3	44,6
10	Mirinzal	27.158.706,90	4.552.906,20	22.605.800,70	47,6	8,0	39,6
11	Cururupu	74.089.482,30	17.811.994,40	56.277.488,00	47,2	11,3	35,8
12	São Bento	83.991.884,90	17.775.436,60	66.216.448,30	46,5	9,8	36,7
13	Tutóia	117.897.067,20	41.654.213,00	76.242.854,20	46,4	16,4	30,0
14	Lima Campos	30.389.738,00	5.803.974,90	24.585.763,10	46,2	8,8	37,4
15	Pedreiras	149.760.800,50	54.485.557,00	95.275.243,50	43,5	15,8	27,6
16	São João dos Patos	77.273.666,70	17.355.146,30	59.918.520,40	43,4	9,7	33,6
17	Bacuri	33.442.859,30	7.478.280,40	25.964.578,90	43,4	9,7	33,7
18	Timbiras	43.917.396,90	8.878.617,50	35.038.779,40	42,4	8,6	33,8
19	Urbano Santos	47.583.207,70	9.020.257,10	38.562.950,60	42,2	8,0	34,2
20	Lago Verde	31.748.178,00	9.036.187,00	22.711.991,00	41,5	11,8	29,7
21	Mata Roma	34.074.564,70	5.979.553,10	28.095.011,60	41,1	7,2	33,9
22	Paraibano	38.505.808,90	6.175.351,40	32.330.457,50	41,1	6,6	34,5
23	Gonçalves Dias	34.027.897,60	6.076.956,60	27.950.941,00	41,0	7,3	33,7
24	São Benedito do Rio Preto	26.760.169,20	4.346.203,90	22.413.965,30	40,8	6,6	34,2

Municípios	Valor dos Benefícios Emitidos no Ano			Participação em Relação ao PIB (%)		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
25 Penalva	53.557.294,70	10.605.936,00	42.951.358,80	40,1	7,9	32,2
26 Rosário	86.373.655,20	34.805.701,50	51.567.953,70	39,8	16,0	23,8
27 Santa Helena	76.230.895,70	16.513.774,30	59.717.121,40	39,7	8,6	31,1
28 São Francisco do MA	19.481.892,20	1.726.896,20	17.754.995,90	39,6	3,5	36,1
29 Viana	108.854.305,20	28.455.358,60	80.398.946,60	39,5	10,3	29,2
30 Montes Altos	18.273.295,80	2.392.116,10	15.881.179,70	38,9	5,1	33,8
31 Passagem Franca	32.027.499,70	2.768.586,40	29.258.913,20	38,8	3,4	35,5
32 São Vicente Ferrer	40.380.858,20	6.524.396,40	33.856.461,80	38,4	6,2	32,2
33 Paulo Ramos	44.197.042,10	6.087.887,40	38.109.154,70	38,4	5,3	33,1
34 Barra do Corda	189.939.379,40	49.076.542,10	140.862.837,30	38,2	9,9	28,3
35 Santa Quitéria do MA	44.263.444,30	6.044.729,60	38.218.714,70	37,5	5,1	32,4
36 Senador La Rocque	42.442.055,60	7.299.177,70	35.142.877,90	37,2	6,4	30,8
37 João Lisboa	50.775.167,00	12.784.950,70	37.990.216,20	37,0	9,3	27,7
38 Pio XII	39.455.228,60	6.407.257,90	33.047.970,70	36,5	5,9	30,6
39 Gov. Eugênio Barros	25.541.008,90	4.458.257,70	21.082.751,10	36,4	6,4	30,1
40 Duque Bacelar	15.790.371,60	2.548.793,40	13.241.578,10	35,9	5,8	30,1
41 Matinha	35.485.748,90	6.620.961,40	28.864.787,50	35,1	6,6	28,6
42 São Mateus do MA	72.550.922,10	18.007.203,70	54.543.718,40	35,0	8,7	26,3
43 Presidente Dutra	134.801.307,50	34.002.812,50	100.798.495,00	35,0	8,8	26,2
44 Coelho Neto	89.207.484,30	28.048.558,10	61.158.926,20	35,0	11,0	24,0
45 São Bernardo	69.416.112,20	11.127.503,40	58.288.608,80	34,3	5,5	28,8
46 Cândido Mendes	29.751.770,70	5.887.202,10	23.864.568,60	34,0	6,7	27,3
47 Poção de Pedras	36.058.715,80	5.552.582,00	30.506.133,80	34,0	5,2	28,7
48 São Luís Gonzaga do MA	41.205.028,50	5.861.405,00	35.343.623,50	33,9	4,8	29,1
49 Araiões	63.871.883,80	11.918.142,60	51.953.741,20	33,8	6,3	27,5
50 Vargem Grande	75.050.901,60	23.339.380,60	51.711.521,10	33,7	10,5	23,2
51 Humberto de Campos	34.940.309,20	6.504.618,00	28.435.691,20	33,6	6,3	27,3
52 Governador Archer	16.259.683,60	2.383.348,80	13.876.334,80	33,3	4,9	28,4
53 Pinheiro	184.893.985,00	68.714.582,30	116.179.402,70	33,0	12,3	20,7
54 Icatu	31.141.500,50	5.725.046,10	25.416.454,50	33,0	6,1	26,9
55 Senador Alexandre Costa	14.828.592,70	3.527.043,70	11.301.549,00	32,0	7,6	24,4
56 Arari	54.323.743,90	14.974.438,70	39.349.305,20	31,9	8,8	23,1
57 Fortuna	27.821.793,40	3.101.523,20	24.720.270,20	31,8	3,5	28,3
58 Vitorino Freire	56.161.506,50	12.444.437,40	43.717.069,20	31,8	7,0	24,7
59 Bela Vista do MA	16.522.457,70	5.796.923,10	10.725.534,60	31,7	11,1	20,6
60 Santa Rita	51.446.312,90	22.098.957,60	29.347.355,30	31,6	13,6	18,0
61 Matões	36.220.904,90	5.327.968,40	30.892.936,50	31,5	4,6	26,9
62 Guimarães	17.775.105,20	3.451.591,10	14.323.514,10	31,5	6,1	25,4
63 Chapadinha	145.501.357,00	35.926.343,60	109.575.013,50	31,4	7,7	23,6
64 Colinas	77.002.637,90	10.255.918,60	66.746.719,30	31,1	4,1	26,9
65 São Domingos do MA	66.331.683,30	12.945.140,40	53.386.543,00	31,0	6,1	25,0
66 Parnarama	45.244.137,00	6.519.403,30	38.724.733,70	31,0	4,5	26,6
67 Alcântara	27.358.855,90	4.968.645,90	22.390.210,00	31,0	5,6	25,4
68 Altamira do MA	14.209.904,40	2.074.480,60	12.135.423,80	31,0	4,5	26,5
69 Tuntum	64.548.300,40	10.363.836,70	54.184.463,70	30,1	4,8	25,2

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Ministério do Trabalho e Previdência Social (BRASIL, [20--?])b) e IMESC (2015).

A partir desse conjunto de dados e informações, tentamos demonstrar que um dos determinantes da pobreza no Estado do Maranhão é a dificuldade de muitos dos seus municípios em gerar receita própria, fazendo com que passem a sobreviver de recursos de transferências, particularmente, federais. Observou-se que os Programas de Transferência de Renda têm um significativo impacto econômico e que a Aposentadoria, principalmente rural, é uma das principais fontes de recursos para os municípios.

Dentre os vários pontos negativos dessa elevada dependência, podemos destacar a situação de vulnerabilidade fiscal a que estão submetidos os municípios, sobretudo em contextos de desaquecimento da economia nacional, obstaculizando a elaboração e implementação de políticas de enfrentamento à pobreza. Tal situação traz ainda à tona a contradição do papel dessa instância governamental na execução de políticas públicas, ao mesmo tempo, em que lhe coloca, do ponto de vista da gestão, o desafio de elaborar estratégias de elevação da eficiência fiscal e de geração de caixa, caso do gerenciamento dos impostos municipais, como o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial

Urbana (IPTU) e o Imposto sobre Serviços de qualquer natureza (ISS).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Matriz de Informação Sociais**. Brasília, DF, [20--?]a. Disponível em:<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/misocial/tabelas/mi_social.php>.

Acesso em: 1 jul. 2016.

_____. Ministério do Trabalho e Previdência Social. **Dados da previdência e INSS**. Brasília, DF, [20-?]b. Disponível em:<<http://www.mtps.gov.br/dados-abertos/dados-da-previdencia/previdencia-social-e-inss/previdencia-estatistica-por-municipio>>. Acesso em: 1 jul. 2016.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro. **Finbra 2015**. Brasília, DF, 2015. Disponível em:<<https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>>. Acesso em: 1 jul. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2011.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS **Produto Interno Bruto dos municípios do Maranhão Período: 2010 a 2013**. São Luís, 2015. v. 9. Disponível em:<<http://imesc.ma.gov.br/src/upload/publicacoes/a9888dabae7bb64b6c5613bef8354cff.pdf>>. Acesso em: 1 jul. 2016.

Nota

¹ Desde 2010, o Fundeb é composto por 20% das seguintes receitas de impostos e transferências constitucionais e legais (Fundo de Participação dos Estados (FPE); FPM; Imposto sobre

Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); IPI exportação; Desoneração das Exportações (Lei Complementar nº 87/1996); Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCD); Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Cota parte de 50% do

Imposto Territorial Rural (ITR) devida aos municípios; Minuta para Consulta Pública Capítulo FUNDEB Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos (PCE) Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 6ª Edição).

Profa. Dra. Salviana de Maria Pastor Santos Sousa (Pesquisadora do GAEPP)
Profa. Dra. Maria Eunice Ferreira Damasceno Pereira (Pesquisadora do GAEPP)
Profa. Dra. Maria do Socorro Sousa de Araújo (Pesquisadora do GAEPP)
Profa. Dra. Cleonice Correia Araújo (Pesquisadora do GAEPP)
Mestra Talita de Sousa Nascimento (Pesquisadora do GAEPP)